

LABORATÓRIO VIVO COMO PONTO DE CHEGADA: REFLEXÕES A PARTIR DA OFICINA “ONDE ESTAMOS? SOL, TERRA E TERRITÓRIO VIVIDO”

*LIVING LAB AS ARRIVAL POINT: REFLECTIONS FROM THE WORKSHOP “WHERE ARE WE? SUN,
EARTH AND LIVED TERRITORY”*

Idelvon da Silva Poubel³

Gerência de Educação Ambiental - GEA, Secretaria de Meio Ambiente – SEMMAM
Prefeitura Municipal de Vitória – ES
idelvonpoubel@yahoo.com.br

Wilson de Souza⁴

Gerência de Educação Ambiental - GEA, Secretaria de Meio Ambiente – SEMMAM
Prefeitura Municipal de Vitória – ES
wilsonstur@yahoo.com.br

Resumo: A proposta deste artigo parte de se estabelecer pontos de contato entre a formação de ecoeducadores/as, do Laboratório Vivo do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES *campus* Vila Velha, algumas reflexões geradas na interação destes/destas com a relação dialética proporcionada pela oficina **ONDE ESTAMOS? SOL, TERRA E TERRITÓRIO VIVIDO**, e as ações tomadas como contexto formativo realizado no Parque da Fonte Grande, localizado no Maciço Central de Vitória – ES, como ponto de partida. Lançamos mão do conceito de território e paisagem para problematizarmos os espaços não formais como possibilidades às práticas da educação ambiental voltada à promoção da autonomia e ao protagonismo socioambiental dos sujeitos.

Palavras-chave: Formação. Território. Paisagem. Parque da Fonte Grande

Abstract: *The purpose of this article is to establish points of contact between the training of eco-educators, from the Living Lab of the Federal Institute of Espírito Santo – IFES campus Vila Velha, some reflections generated in their interaction with the dialectical relationship provided by the workshop WHERE WE ARE? SUN, EARTH AND LIVED TERRITORY, and the actions taken as a training context carried out in Parque da Fonte Grande, located in the Maciço Central de Vitória – ES, as a starting point. We use the concept of territory and landscape to problematize non-formal spaces as possibilities for environmental education practices aimed at promoting autonomy and socio-environmental protagonism of subjects.*

Keywords: *Training. Territory. Landscape. Parque da Fonte Grande*

³ Geógrafo; Mestre em Educação – PPGE/UFES; Doutorando em Geografia – PPGG/UFES.

⁴ Geógrafo; Especialista em Gestão Ambiental; Especialista em Educação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

...quanto mais extraímos coisas da natureza, graças à organização do trabalho, às invenções, mais caímos na insegurança da existência. Não somos nós que dominamos as coisas. São elas que nos dominam. Isso ocorre porque certos homens através das coisas dominam outros homens. (...) Se quisermos aproveitar, enquanto homens de nosso conhecimento da natureza, precisamos acrescentar a nosso conhecimento, o da sociedade humana. (Bertolt Brecht, *apud* LOBINO, 2013, p. 23)

A proposta deste artigo parte de se estabelecer pontos de contato entre a formação de ecoeducadores/as, componentes do Laboratório Vivo do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES *campus* Vila Velha, algumas reflexões geradas na interação destes/destas com a relação dialética proporcionada pela oficina **ONDE ESTAMOS? SOL, TERRA E TERRITÓRIO VIVIDO**, e as ações tomadas como contexto formativo realizado no Parque da Fonte Grande, localizado no Maciço Central de Vitória – ES, tendo o Centro de Educação Ambiental – CEA Fonte Grande como lugar de acolhida, no mês de março de 2023.

Nada mais instigador, dentro da perspectiva do Laboratório Vivo, que proporcionar a interseção entre a diversidade de sujeitos, os/as ecoeducadores/as, com formações – ou deformações, como diria o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves – e bagagens de conhecimentos e saberes distintos, mas aglutinadores. Tudo isso, em meio a um espaço educador não formal, como o Parque da Fonte Grande⁵. Um ambiente que possibilita situações interativas, construídas coletivamente, com participação espontânea, mas não ingênua (FREIRE, 1996), dos sujeitos, permitindo tecer reflexões acerca do papel prático e político da educação e sua aplicação nos

⁵ Gohn (2005) nos fornece as pistas para pensarmos que os espaços educadores não formais carregam consigo a potência de inserirem-se em territórios que trazem marcas circunscritas em suas constituições histórico-culturais e socioambientais. Que contém trajetórias de vida dos grupos e sujeitos que os vivenciam interação dentro de processos intencionais de educação não formal, a qual devemos, também de forma intencional, tratar de estabelecer por meio de processos sociopolíticos, culturais e pedagógicos com vistas à formação para a democracia, para a cidadania, entendendo o político como formação do sujeito para interagir com o outro em sociedade, e com respeito a todas as formas de vida.

componentes curriculares de forma crítico-emancipatória (FREIRE, 1967) e (eco) sociotransformadora.

Assim sendo, a questão orientadora e problematizadora que moveu o contexto formativo, *Onde estamos?*, pode parecer retórica mas, nos induziu, a partir de pressupostos ontológicos, pensar o “Ser” que habita os sujeitos:

- ➔ Que sujeito é esse que questiona sua condição de ser/estar em um determinado ponto da Terra?
- ➔ Que relações dialéticas podem ser estabelecidas entre esse sujeito, seu entorno e os elementos que nele estão presentes?
- ➔ Ao tratar o verbo no plural, “estamos”, vê-se que esse sujeito indica pistas de uma possível intenção de interação com outros sujeitos. Logo, que tipo de interação e quais consequências dela podem ser extraídas?

Por outro lado, há que se atentar também para o fato do “*onde*” imprimir ao questionamento o aspecto *espacializável*⁶; abrindo possibilidades outras quanto a esse localizar algo/alguém, num contexto que circunda esse algo/alguém; que carrega consigo uma série de elementos e atributos que estabelecem relações entre si, com esse espaço, e que são mediados, também, pelas relações interpessoais que operam e se processam nesse espaço, transformando-o cotidianamente, parcelando-o e circunscrevendo-o em limites estabelecidos por usos que o tornam território (SANTOS, 1998).

Assim, embarcamos, de forma contributiva, nessa discussão proposta pelo Laboratório Vivo/IFES, demarcando e trazendo nossa experiência vivenciada a partir do trabalho realizado na Gerência de

⁶ Na hipótese de se tratar de um neologismo intencional, queremos destacar o caráter da categoria de análise *espaço*, sendo esse um dos objetos de estudo que sedimenta a Geografia como ciência.

Educação Ambiental (GEA), da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória – ES, por meio do Centro de Educação Ambiental (CEA) Fonte Grande.

Esse equipamento público, dotado de espaço físico, equipe técnica e Projeto Político-Pedagógico (PPP), é um dos Centros de Educação Ambiental (CEAs) de Vitória que tem a incumbência de potencializar e capilarizar a educação ambiental, com a particularidade de ter como fio condutor para suas ações o bioma mata atlântica, mais especificamente a de encosta, em diálogo com as questões contemporâneas que envolvem as contradições socioambientais afetas às políticas públicas e suas relações intrínsecas quanto às diversidades de formas de vida e aos temas cotidianos sensíveis à cidade como a produção e a reprodução do espaço geográfico e suas implicações socioambientais, que em muitos casos invisibilizam as relações étnico-raciais e de gênero, que estão diluídas (e em vários casos concentrados!) nos conflitos quanto à pressão urbana sobre as áreas de proteção ambiental, às questões das mudanças climáticas, e no fomento à formação de uma consciência de engajamento e participação popular de base coletiva e democrática nas discussões, nas tomadas de decisões e na gestão pública.

Alertamos, assim, que este texto apresenta a compreensão e a análise dos autores na condição de embebidos de um lugar de fala, a de geógrafos/educadores ambientais de uma instituição pública municipal, de uma forma possível de interpretação da realidade e que não exclui outros pontos de vista. Logo, diferentes narrativas, consensuais ou dissonantes, também podem se constituir em possibilidades outras de entendimento daquilo que foi a oficina, propriamente dita. Mas, reafirmamos os nossos possíveis que, a partir de leituras, releituras, entre outras e de outras, podem potencializar outros possíveis.

2 VITÓRIA, PONTO DE CHEGADA: POSSIBILIDADE DE REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO E DIVERSIDADE DE AMBIENTES EM MÚLTIPLAS PAISAGENS

Antes de mais nada, um convite: pensar a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, um dos quatro Estados que compõem a Região Sudeste, como ponto de chega do “*Onde estamos*

→ *Sol, Terra e Território Vivido*” a partir de uma propositura de aprendizagens dispares porém complementares: recém-alçada à condição de metrópole nacional; com suas múltiplas paisagens, diversidades de ambientes e contradições socioeconômica-ambientais nelas contidas e que instigam possibilidades de uma necessária educação ambiental que se exala desse contexto desafiador.

A chegada do Laboratório Vivo a Vitória, ao “*Onde estamos?*”, se dá no Parque Estadual da Fonte Grande, gestão da Prefeitura Municipal de Vitória. Uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2004), mas que compõe o mosaico do tecido socioambiental numa trama complexa que envolve ecologia urbana, social, ambientes naturais e as inter-relações que delas podem derivar.

Tratemos, então, da *chegada* ao território vivido. Território esse, concebido aqui como “[...] o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem [entenda-se sociedades humanas] plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, pág. 13). Não apenas um conjunto dos sistemas naturais, adicionado de sistemas de culturais, com seus fluxos diversos, mas, como bem explicitou Milton Santos (2007), entendido dentro das relações sociais, relações de poder, na maioria das vezes institucionalizados, mas também em paralelo, que imprimem ao território o caráter de uso, não o território em si. Sendo assim, esse **território usado** transmuta-se para além do chão que o comporta, pois também carrega as identidades nele contido, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, ou de repulsa, em decorrência de relações conflituosas nele estabelecidos. Traz consigo o *vivido*, que agrega à sua noção o “[...] fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 2007, pág. 14)

A unidade visível mais próxima e, também, imanente do território, a paisagem possui identidades caracterizadas por fatores de aspecto/espectro natural, social e cultural. Ao nos reportarmos à paisagem, não a estamos tratando da perspectiva de um fotógrafo, de uma arquiteta ou de uma

pintora, mesmo entendendo que suas visões também contribuem para compreensões, a seus modos, desse conceito. Mas sim, também ancorados em Milton Santos (2004), a tomamos como resultante de diferentes momentos do (des)envolvimento de uma sociedade, resultante da acumulação de tempos (geológico, histórico e biológico) sobrepostos e desiguais.

Cabe aqui estabelecer que, ao contrário do que possa parecer, não se trata de um “visão” antropocêntrica inserir a sociedade, dita humana, como centro do desenvolvimento. Mas, sim, estabelecer o caráter relacional entre os tempos diversos (geológico, biológico e histórico; além do *chronos* e do *kairós*) que possibilitaram, e possibilitam, o substrato para a existência das diversidades de formas de vida, como àquelas as quais conhecemos, sendo o ser humano àquele produtor (e também destruidor!) de cultura, entendida, grosso modo, como toda criação/recriação replicadas de geração em geração por meio de técnicas que o distingue dos demais seres.

Dessa forma, verificamos o tempo da formação das rochas, dos solos, do substrato, das formações vegetais, das feições de relevo, da constituição dos sistemas ecológicos que possibilitam em um espaço territorial diminuto a presença de ecossistemas diversos dentro do bioma mata atlântica, como a mata atlântica de encosta, a restinga, a mata paludosa, o manguezal, a vegetação rupestre.

Tempo que possibilitou interação do povo originário tupi com os atributos naturais da ilha de Vitória, a ponto desses povos a nominarem, antes do colonizador, terra *Guananira*. Topônimo esse que, na língua tupi, refere-se “a que é semelhante ao mel”, “a que é doce”, “a ilha doce” (DUARTE, 2008, p. 58), muito provavelmente referente à florada das árvores de mangue, presentes, naquele tempo, em abundância nas vastas áreas de manguezais que cobriam os estuários dos rios que deságuam no canal da Baía de Vitória.

Tempo que nos apresenta a “evolução” dos processos históricos de produção do espaço geográfico, das ocupações urbanas e as contradições que dele são derivadas, fazendo-se presente por meio dos artefatos históricos-ambientais, como exemplificados nos casos das ilhas que hoje não são mais ilhas: Ilha de Santa Maria, Ilha de Monte Belo, Ilha do Príncipe, Ilha do Boi, Ilha das Caieiras. Bairros que, embora tenham nomes ilhas, tais nomes hoje somente testemunham o

passado de aterros que, de acordo com Marinato (2004), “mutilaram” a cidade ao incorporarem 16 das 50 ilhas que compunham o arquipélago à ilha maior, Vitória.

O que dizer das praias (do Canto, do Suá, de Santa Helena), dos rios (Jucutuquara, Fradinhos), dos manguezais (onde hoje é a região da Grande São Pedro, dos bairros Grande Vitória, Resistência e Bento Ferreira), que só existem em registros históricos, fotografias antigas e relatos saudosistas dos senis, pois deram lugar à novas obras da modernidade em decorrência dos processos de expansão urbana para atender às demandas das emergentes elites agroindustriais desde a fins do século XIX, com o projeto do Novo Arrabalde de Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996), até o início do século XXI?

O que dizer de grande parte das encostas dos morros onde bairros como Forte São João, Romão, São Benedito, da Penha, Jesus de Nazareth se constituíram como única alternativa de moradia para aqueles e aquelas, de maioria ou descendência afro, que encontraram seus refúgios nessas *zonas de sacrifício*⁷ (BULLARD, 1994; 2005)?

São questões retóricas/reflexivas que apontam para os diversos tempos acumulados e sobrepostos nas constituições das paisagens que propusemos nos debruçar. É em meio a esses tempos distintos, porém repletos de atravessamentos, que se deu e se dá a interação entre todas as formas de vida, os diversos tempos biológicos, históricos, geológicos, que possibilitaram o suporte e a substância dos diversos seres que, conosco, seres humanos, partilham o planeta. Novamente, em Milton Santos, aprendemos que

⁷ A expressão, criada pelo sociólogo norte-americano e militante do movimento por justiça ambiental Robert Bullard, é utilizada para se referir às localidades onde se verifica a superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por causar danos e riscos ambientais. Mas também, é aplicada às áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra é relativamente mais baixo e que, associado ao menor acesso dos moradores aos processos decisórios sobre os fatores que interferem nos territórios em que habitam, favorece aos agentes econômicos escolhas de localização e instalação de empreendimentos que, concentrados nestas áreas ou em suas *hinterlândias*, trazem algum tipo de dano ou risco ambiental às populações vizinhas – lixões, aterros sanitário, serrarias de rochas, mineradoras, complexos industriais, suscetibilidade a riscos ambientais, entre outros.

Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação [de tempos desiguais] é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade, na mesma direção.

A paisagem [...] altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social (SANTOS, 2004, p. 54).

Tendo por base essas premissas, inserimos a cidade de Vitória no contexto multiescalar de proporções reescaloadas⁸, na porção espacial da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), somada aos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha, Fundão e Guarapari compõe Região. Importante dimensionar esse contexto territorial, porque ele comporta aproximadamente 49% da população do estado, quase dois milhões de pessoas (levando-se em consideração que a população espírito-santense é de cerca de quatro milhões de habitantes, de acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)).

A extensão territorial de Vitória é diminuta, 96,76 km² (ATLAS AMBIENTAL: VITÓRIA, ES, 2013), frente a seus municípios vizinhos, e abriga uma população de 322.869 habitantes, o que denota uma densidade populacional considerável – 3.336,8 hab./Km² – bastante elevada se comparada à de seus vizinhos e às demais capitais brasileiras.

Mesmo a pequena dimensão, devido às diversas particularidades, o município possui aproximadamente 40% de sua área constituída em espaços territoriais especialmente protegidos⁹

⁸ Poubel e Donato (2019, p. 140), indicam que “emprestado das discussões que gravitam em torno das ciências econômicas, a governança, o planejamento urbano e a geografia, o conceito de *reescalamento*, a partir de Brenner (2004), nos instiga a pensar as formas plurais de organização institucional e espacial do poder público e suas relações com outras formas de manifestação de poder nas mais variadas dimensões multiescalares, o que implica, também, pensar nas consequências não somente positivas que essas relações podem derivar, como o são as problemáticas socioambientais resultantes das relações predatórias capitaneadas no seio do atual modelo capitalista”.

⁹ Entram nesse cômputo 68 espaços legalmente protegidos por leis (federal, estadual e municipal), quer como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Unidades de Conservação (UCs) e demais espaços prescritos no zoneamento ambiental do município, os quais abrangem os manguezais, a mata atlântica, a restinga, a mata paludosa, os ambientes marinhos e rupestres, entre outros desta, indicados Lei nº 4.438/1997, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente. É importante frisar que a constituição dos espaços legalmente protegidos em Vitória e a implantação das unidades de conservação antecedem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

(POUBEL *et. ali*, 2014), o que corresponde a cerca de 37 km² (ATLAS AMBIENTAL VITÓRIA, 2013) de seu território. Levando-se em consideração somente a área que deve ser efetivamente destinada à ocupação urbana, a densidade demográfica passa para 5.562 hab./km² (!). Isso, se considerarmos somente a população de Vitória. Porém, cabe destacar, como já elencado, a condição de centralidade urbana exercida pela metrópole quanto à atração populacional cotidiana que aflui à cidade em busca de serviços inerentes a essa capacidade atratora.

Esse cenário indica pressões diversas sobre os ecossistemas naturais e sociais, que sofrem especulações e são apropriados/expropriados/espoliados pelo capitalismo, e por conseguinte, pelos atores hegemônicos capitalistas, que atuam em redes, reescalando global x local.

Figura 01 – Visão oblíqua da ilha de Vitória: Pressão sobre os espaços territoriais especialmente protegido



Destaque para a Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço Central de Vitória, delimitada pelo contorno vermelho, e o Parque da Fonte Grande, partes A e B, delimitado pelo contorno branco, e as setas que indicam as diversas pressões sobre os espaços territoriais especialmente protegidos de Vitória – ES.

Fonte: Imagem extraída da apresentação da oficina “Onde estamos? sol, terra e território vivido”, realizada no Parque da Fonte Grande, Vitória – ES, março de 2023. Arquivo da Gerência de Educação Ambiental (GEA), da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMAM), da Prefeitura de Vitória – ES, 2023.

Há dessa forma, a construção do discurso da “necessidade de expansão urbana”, de um “ajuste espacial”¹⁰, de um novo “ordenamento territorial” que impõe flexibilização dos zoneamentos e dos limites das unidades de conservação. Por outro lado, de forma empírica verifica-se, ao mesmo tempo, aumento de demandas da população por energia, água, transporte, lazer, serviços de saneamento básico, saúde, segurança e educação.

Tais necessidades manifestam-se no território e explicitam a crise civilizatória global, cuja sociedade atual, erguida sob a égide urbano-industrial, encontra-se em risco¹¹.

Mais do que nunca, o atual modelo de ‘desenvolvimento’, econômico perverso, materializado de formas reescaladas, carece ser enfrentado a partir de novas racionalidades, como ensina Milton Santos (2003), operadas como possibilidades de construção e constituição de sociedades sustentáveis, conforme vislumbradas no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992).

3 DA CHEGADA À PARTILHA: Palavras de uma conclusão em aberto...

O exercício reflexivo aqui estabelecido, coloca em pauta as dinâmicas de apropriação, ocupação e uso do território em Vitória, mas também incita que consideremos os espaços de participação

¹⁰ A partir de David Harvey (2005), entendemos o **ajuste espacial**, como uma das formas de mutação e reinvenção do capitalismo em se apropriar da produção do espaço geográfico, enquanto capacidade de organizar novas áreas para consolidação de uma funcionalidade capaz de absorver os excedentes de capitais criados nas áreas de (re)produção – que podem ser em qualquer parte do mundo; como conjunção dos elementos componentes de um sistema produtivo organizado e ditando um modo de organização do território em função da maneira como o processo capitalista objetiva criar os ajustes espaciais nesses territórios.

¹¹ Em Beck (1997) encontramos uma conceituação muito interessante acerca da obsolescência da sociedade industrial na “modernização reflexiva”, o que faz emergir, segundo o sociólogo, a “sociedade de risco”. “Este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais [e suas implicações ambientais] tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (apud BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p. 15).

popular sobre as tomadas de decisões, com elaboração de estudos e apontamentos que possam contribuir para equacionar e/ou mitigar as constantes problemáticas que emergem nos contextos social e ambiental da cidade, dos sujeitos, com demanda de esforços contínuos para implementação de políticas públicas que garantam o acesso e a inclusão daqueles e daquelas, principalmente dos/das menos favorecidos/as, aos bens e serviços de forma a promover a coletividade, a democracia e a equidade, sem comprometer os ambientes naturais e, ainda, promover a qualidade de vida.

Dessa forma, os trabalhos de pesquisa e estudos embrionados, gestados e executados dentro e fora – no sentido da extensão – do Laboratório Vivo tendem a contribuir sobremaneira com a formação cidadã no contexto da educação não formal, mas também na formal, à medida que os bons afetos encontrem adesão em espaços comunitários solidários antenados com as realidades locais, num movimento de promover protagonismo social a partir da perspectiva de alcançar uma gestão participativa quanto à resolução de problemas que acometem o território, capitaneadas por políticas públicas transversalizadas pela Educação Ambiental.

4 REFERÊNCIAS

ATLAS AMBIENTAL: VITÓRIA, ES, BRASIL. Coordenadora Sueli Furlan. São Paulo: Geodinâmica, 2013.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp; 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000; De- creto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ª ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p

BULLARD, Robert. **Dumping in Dixie**: race, class and environmental quality. Boulder, Colo: Westview Press, 1994.

_____. The Quest for Environmental Justice: Human rights and the politics of pollution. San Francisco, CA: Sierra Club Books, 2005.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CARVALHO, Frederico Castro; POUBEL, Idelvon da Silva. Emergência das questões ambientais na virada epistemológica: Reflexões e tessituras sobre o sujeito da modernidade. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**. V. 10, nº 1. São Paulo: RevBEA/UNIFESP, 2015. p. 84-93. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1869/1271>. Acesso em: 15 maio 2024.

DURATE, Samuel Machado. **O incalistrado**. Topônimos capixabas de origem tupi. Coleção José Carlos Costa; v. 14. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras; Editora Fomar; Secretaria Municipal de Cultura, 2008.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: Ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: **Lutas Sociais: Trabalhadores em Luta**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) do Programa de Estudos e Pós Graduação em Ciências Sociais – PUC/SP. nº 13/14 (jul/dez 2004; jan/jun 2005). São Paulo: PUC/SP, 2005. págs. 09–23. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18665>. Acesso em: 15 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Coleção leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão urbano-regional do Brasil/IBGE**. Coordenação de Geografia. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LOBINO, Maria das Graças. **A Práxis Ambiental Educativa: Diálogo entre diferentes saberes**. 2ª ed. Vitória: Edufes, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARINATO, Cristina Fiorin. Aterros em Vitória: uma história para ser lembrada. Monografia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et. al.* **Territórios, territórios**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. págs. 13-21.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec e ANPUR, 1998.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

POUBEL, Idelvon da Silva; DONATO, Juliana Sardinha Silvestre. Política Municipal de Educação Ambiental de Vitória (ES) à luz das Dimensões e dos Indicadores de Educação Ambiental da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). In: RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade *et al.* (Orgs.). **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil**: transição para sociedades sustentáveis. Piracicaba - SP: MH-Ambiente Natural, 2019. p. 139 – 162.

POUBEL, Idelvon da Silva *et al.* A territorialização dos Centros de Educação Ambiental no município de Vitória – EA: Contribuições da geografia na gestão das políticas de educação ambiental. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**: A geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. 10 a 16 de agosto de 2014. Associação Brasileira de Geógrafos (AGB). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória: UFES; AGB, 2014. Disponível em: < https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404445294_ARQUIVO_Artigo_CEAs_Vitoria_trab_completo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Rio de Janeiro, Jornada de Educação Ambiental, Fórum Internacional das ONGs – Rio/92, 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.